

<https://doi.org/10.20396/rbest.v5i00.17457>

DOSSIÊ

O Tocantins no centro da expansão da fronteira agrícola: Uma radiografia do mundo do trabalho no cerrado brasileiro

Fabiana Scoleso *
Julia Pinto Komka **
Nathália Patrício Leão ***

Resumo

Os padrões regionais de produção predominantes na região Norte (no bioma amazônico e no cerrado) têm sido integrados aos circuitos globalizados por meio da expansão da fronteira agrícola e do neoextrativismo, provocando impactos, conflitos, destruições e transformando o mercado de trabalho na região. A sociabilidade capitalista e a atuação do Estado, cujo papel tem sido corretivo e retificador, colaboram para formar um quadro heterogêneo e complexo do mundo do trabalho, que vai desde a extensa informalidade aos persistentes índices de escravidão contemporânea. Este artigo tem o propósito de analisar o mercado de trabalho em Tocantins, com foco nas taxas de desocupação, subutilização, informalidade e remuneração mensal, destacando tendências recentes. Ademais, esclarece que a cadeia de valor do agronegócio e o neoextrativismo têm situado o estado de Tocantins no circuito produtivo moderno e na nova dinâmica de acumulação, provocando a corrosão do trabalho regulamentado.

Palavras-chave: Fronteira agrícola; Neoextrativismo; Informalidade; Trabalho precário; Escravidão contemporânea.

JEL: J23, J31, J43, J46.

* Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil.
Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3519-4592>
E-mail: fscoleso@uft.edu.br

** Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil.
Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5087-5193>
E-mail: juliakomka@uft.edu.br

*** Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil.
Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5626-4916>
E-mail: nathaliap@uft.edu.br



The Tocantins at the center of the expansion of the agricultural frontier: A radiography of the world of work in the Brazilian savanna

Abstract

The predominant regional production patterns in the North (in the Amazon biome and the “cerrado”) have been integrated into globalized circuits through the expansion of the agricultural frontier and neo-extractivism, causing impacts, conflicts, destruction and transforming the region's labour market. Capitalist sociability and the actions of the state, whose role has been corrective and rectifying, have helped to form a heterogeneous and complex picture of the world of work, ranging from extensive informality to persistent rates of contemporary slavery. The purpose of this article is to analyze the labor market in Tocantins, focusing on unemployment rates, underutilization, informality and monthly earnings, highlighting recent trends. In addition, it clarifies that the agribusiness value chain and neo-extractivism have placed the state of Tocantins in the modern production circuit and in the new dynamics of accumulation, causing the corrosion of regulated labor.

Keywords: Agricultural frontier; Neo-extractivism; Informality; Precarious work; Contemporary slavery.

El Tocantins en el centro de la expansión de la frontera agrícola: Una radiografía del mundo del trabajo en el cerrado brasileño

Resumen

Los patrones productivos regionales predominantes en el Norte (en el bioma amazónico y en el cerrado) se han integrado a los circuitos globalizados a través de la expansión de la frontera agrícola y del neoextractivismo, provocando impactos, conflictos, destrucciones y transformando el mercado de trabajo en la región. La sociabilidad capitalista y la actuación del Estado, cuyo papel ha sido correctivo y rectificador, han contribuido a crear un cuadro heterogéneo y complejo del mundo del trabajo, que va desde la informalidad extensiva hasta los persistentes índices de esclavitud contemporánea. El objetivo de este artículo es analizar el mercado de trabajo en Tocantins, centrándose en las tasas de desempleo, subutilización, informalidad y remuneración mensual, destacando las tendencias recientes. Además, aclara que la cadena de valor del agronegocio y el neoextractivismo han colocado al estado de Tocantins en el circuito productivo moderno y en la nueva dinámica de acumulación, provocando la corrosión del trabajo regulado.

Palabras clave: Frontera agrícola; Neoextractivismo; Informalidad; Trabajo precario; Esclavitud contemporánea.

Le Tocantins au centre de l'expansion de la frontière agricole: Une radiographie du monde du travail dans le cerrado brésilien

Résumé

Les modèles de production régionaux prédominants dans le Nord (dans le biome amazonien et le cerrado) ont été intégrés dans les circuits mondialisés par l'expansion de la frontière agricole et le néo-extractivisme, provoquant des impacts, des conflits, des destructions et transformant le marché du travail dans la région. La sociabilité capitaliste et les actions de l'État, dont le rôle a été de corriger et de rectifier, ont contribué à créer une image hétérogène et complexe du monde du travail, allant d'une informalité étendue à des taux persistants d'esclavage contemporain. L'objectif de cet article est d'analyser le marché du travail dans le Tocantins, en se concentrant sur les taux de chômage, la sous-utilisation, l'informalité et les salaires mensuels, en soulignant les tendances récentes. En outre, il précise que la chaîne de valeur de l'agrobusiness et le néo-extractivisme ont placé l'état du Tocantins dans le circuit de production moderne et dans la nouvelle dynamique d'accumulation, provoquant la corrosion de la main-d'œuvre réglementée.

Mots-clés: Frontière agricole; Néo-extractivisme; Informalité; Travail précaire; Esclavage contemporain.

Introdução

É preciso reconhecer que a mundialização do capital ora posta representa um estágio qualitativo no desenvolvimento capitalista. A fragmentação social, a descentralização, a integração regional funcional e a distribuição da produção são elementos que caracterizam este novo mercado e seus circuitos de acumulação global.

Os oligopólios nacionais e internacionais, notadamente, os ligados ao agronegócio e indústria extrativa mineral, assim como a classe capitalista transnacional têm pressionado um conjunto diverso de instituições políticas a fim de institucionalizar as forças e as relações das classes ligadas à globalização capitalista. Esse conjunto de questões refletem um realinhamento com o centro dinâmico global, comprometendo decisivamente a soberania nacional, como afirma Pochmann (2022, p. 31):

Além da privatização impulsionada pelo que ainda resta do parque produtivo nacional, incorpora-se também a liberalização do comércio de terras aos estrangeiros. Com isso, inclusive as atividades econômicas exitosas como o agronegócio em terras tropicais têm sido expostas ao capital monopolista das grandes corporações transnacionais em meio ao noticiário de investigações da Polícia Federal. No trajeto das cadeias globais de valor, as possibilidades de defesa dos interesses e da soberania nacional desde a ascensão do atual governo limitam-se bastante, salvo aqueles passíveis de incorporação no interior da segunda onda de globalização capitalista.

3

Os padrões regionais de acumulação instituídos na região Norte do Brasil, cobertos pelo bioma amazônico e pelo cerrado, têm sido integrados aos circuitos globalizados por meio da expansão da fronteira agrícola em territórios como a Amazônia Legal e o “Matopiba” (acrônimo de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), mas não sem expressar impactos, conflitos e destruições, resultado de processos cumulativos de controle das terras pelas elites econômicas e violências no campo. Um capitalismo desigual e combinado cuja somatória de elementos históricos e modernizantes realizam, neste momento, uma subordinação ainda mais potencializada comandada pela Classe Capitalista Transnacional (CCT) e por um estado que cada vez mais reforma e flexibiliza leis, a fim de atender a esses interesses.

A sociabilidade capitalista e o papel corretivo e retificador do Estado traçaram na região um quadro heterogêneo e complexo do mundo do trabalho. Os processos históricos e a rede de contradições surgentes e estruturantes do todo social também oferece condições para compreender o cenário atual do mercado de trabalho nessa região e suas dinâmicas, fruto da nova composição orgânica do capital transnacional. Investimentos em projetos de

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e o desenvolvimento de novas técnicas de produção (Agricultura 4.0) colaboram para um rápido crescimento do capital sob a forma dos meios de produção: aumento do capital constante e declínio do capital variável, onde se encontra a força de trabalho.

Nesta região fica cada vez mais evidente a dependência do modelo primário exportador que, através de uma governança neoliberal, pressiona o regime legal sobre as questões ambientais, sobre as terras e sobre o uso de agrotóxicos, por exemplo.

Na cadeia de valor do agro avança a terceirização e outras modalidades de trabalho, como por exemplo a “pejotização” e o MEI (Microempreendedor Individual), um tipo de “empreendedorismo precarizado”. A informalidade é a tendência geral que torna as forças do trabalho fragmentárias e dispersas cujo mundo produtivo contemporâneo tem sido um grande laboratório da corrosão do trabalho contratado e regulamentado. Na era digital e na agricultura 4.0, a Divisão Internacional do Trabalho estabelece novas divisões sociais e relações de classe. De acordo com Antunes (2022, p. 130):

Que a devastação da natureza seguisse seu curso impiedoso e letal, que a destruição do trabalho fizesse explodir bolsões de miséria e pobreza em quase todos os cantos do mundo, era uma consequência inevitável do espírito do tempo. Afinal, a compensação se encontrava no regozijo dos novos barões globais. E foi desse modo que o mundo maquinico-informacional-digital não descansou, impelido pelo capital financeiro, o mais asséptico de todos, aquele cujo mister é sempre fazer mais dinheiro, como já disse um dia alguém. Essa nova realidade “virtual” não poderia deixar de esparramar um palavrório diferenciado, um novo léxico global: *gig economy, sharing economy, platform economy, crowdsourcing, home office, home work* etc.

4

A reestruturação produtiva permanente, resultado dos investimentos e avanços na área computacional-digital, potencializou novas divisões sociais e relações de classe, reposicionando a classe dominante por meio de um novo regime de expropriação capitalista com investimentos transnacionais que se refletiu diretamente em países cuja integração subordinada é marca histórica. As relações de classe estabelecidas internacionalmente e nacionalmente polarizaram e precarizaram o mercado de trabalho que consolida estratégias de exploração pela condição heterogênea e flexível do emprego e do mundo produtivo. A precarização do trabalho também pode ser entendida como um processo de subproletarização, dada a forma da precarização estrutural. Nas palavras de Antunes (2018, p. 31):

O resultado dessa processualidade é que, em todos os espaços possíveis, os capitais convertem o trabalho em potencial gerador de mais-valor, o que inclui desde as ocupações, tendencialmente em retração em

escala global, que ainda estabelecem relações de trabalho pautadas pela formalidade e contratualidade, até que claramente caracterizada pela informalidade e flexibilidade, não importando se suas atividades são mais intelectualizadas ou mais manuais.

Em que pese toda a problemática da desindustrialização e da reprimarização da economia brasileira e a dinâmica emergente do agronegócio e do neoextrativismo, é preciso considerar as mudanças e desestabilidades dos regimes de trabalho e a reconfiguração das economias rurais para um panorama mais completo e centrado nas particularidades da região Norte do Brasil e dos setores e tendências que tem prevalecido neste território.

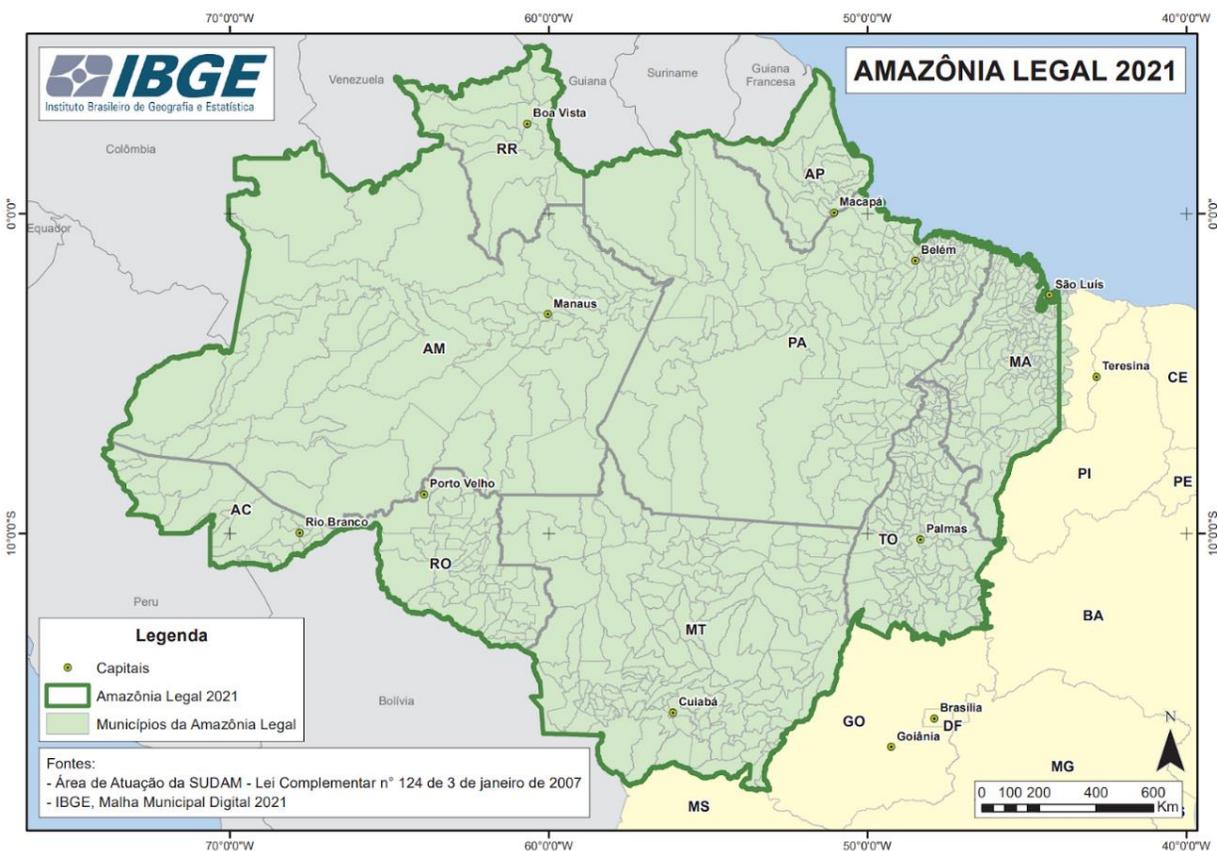
1. A região Norte e seu perfil sociogeográfico

A região Norte do Brasil é composta por sete unidades federativas (Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins) e faz fronteira internacional com a Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa (Pan-Amazônia) e no plano doméstico com Maranhão, Piauí, Bahia, Goiás e Mato Grosso. Embora as fronteiras físicas sejam fundamentais para demarcar territórios, a expansão da agricultura, da pecuária e do neoextrativismo tem demonstrado que, para além delas, novas zonas produtivas e novos espaços produtivos globais têm se formado e forjado Zonas Especiais de Intensa Acumulação (ZEIAs). Podemos também mencionar a Amazônia Legal (Figura 1) que é uma definição política para esta região e que abrange também parte dos estados do Mato Grosso e Maranhão. A globalização da produção tem produzido padrões regionais de acumulação que completa e impulsiona circuitos globais. A Amazônia Legal e Matopiba têm cumprido esta função territorial. De acordo com Sandoval Palacios (2017, p. 49):

Los espacios globales emergen o se producen sobre espacios que previamente han sido claves para las fases anteriores del desarrollo del capitalismo. Por sus características históricas y geográficas, ciertas zonas del planeta son claves para la intensa acumulación global, puesto que previamente han sido zonas que se han producido mediante un desarrollo geográfico desigual, producto de la diversificación, la innovación y la competencia, principalmente durante la fase anterior del capitalismo mundial.

A sociabilidade do capital e sua composição orgânica sobre esses territórios na atualidade ajuda a compreender sua expansão geográfica, como se reproduzem certos setores e como funciona a acumulação do capital transnacional nos circuitos do agronegócio e do neoextrativismo pujantes na região Norte do Brasil.

Figura 1. Delimitação da Amazônia Legal.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com atualização feita em 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujos resultados estão disponíveis no site da instituição (Guimarães, 2021), a Amazônia Legal é uma área que corresponde a 58,9% do território nacional, formada por nove estados e 772 municípios. Neste território residem 56% da população indígena brasileira.

É composta por duas importantes bacias hidrográficas: a Amazônica e a do Tocantins-Araguaia. De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a região possui também a maior biodiversidade do planeta, com uma extensa flora e fauna. Além dessa diversidade e dos seus biomas, o que precisamos aqui destacar são as populações que vivem sobre este território, existindo disparidades entre os estados em termos de concentração da população. De forma mais sucinta, a densidade demográfica de todos os estados da região Norte é pequena e a maioria concentra-se nos centros urbanos. Há uma particularidade interessante sobre a concentração de pessoas às margens dos rios, especialmente nas cidades de Manaus, Belém, Porto Velho, Santarém, Marabá e Altamira.

Estas precisam ser compreendidas como território funcional e que cumpre um rol de tarefas tornando-se espaço especializado em um circuito produtivo (Moore, 2020). Certamente, as multiescalas que definem os territórios da Amazônia Legal e de Matopiba são reflexos dessas novas dinâmicas territoriais e produtivas que atendem ao expansionismo do agronegócio e aos elos que compõem sua cadeia de valor. Os circuitos produtivos socioterritorializados são expressões de uma variedade de modalidades de trabalho e, neste sentido, percebemos as tendências do mercado e da flutuação da força de trabalho para os setores que compõem a cadeia de valor na região Norte do país.

Também de acordo com o IBGE, no ano de 2020 a população dessa região era composta por 15.864.454 habitantes, o que corresponde a 8% da população brasileira, sendo seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,683. A população da região Norte segundo a cor/raça está dividida em pardos (69,2%), brancos (23,9%), pretos (6,2%), índios e amarelos (0,7%), descendente de indígenas, portugueses e de migrantes oriundos de outras regiões brasileiras, principalmente do Sudeste e do Sul. A região é habitada por comunidades indígenas, caboclas, extrativistas, negras e remanescentes de quilombos.

Economicamente, a região Norte é reconhecida pelo extrativismo mineral e vegetal, destacando especialmente a exploração de minério de ferro, ouro e cobre na Serra dos Carajás, no estado do Pará, e a exploração de manganês na Serra do Navio, no estado do Amapá. Em Manaus, a Zona Franca continua exercendo papel importante. Não à toa, este também é historicamente o cenário de intensas lutas sociais. Entretanto, tem sido rápido o processo de expansão da fronteira agrícola da soja e do neoextrativismo, o que tem determinando um novo modo de produção denominado de Agricultura 4.0 (Scoleso, 2022), que reintroduz uma nova subordinação à lógica de dominação socioterritorial do capital, promovendo desigualdades no acesso à terra, águas e aos territórios, além de tantas outras violências que podem ser reconhecidas na reprodução social e nas dimensões de gênero, raça e classe, expressões do antagonismo irreduzível do sistema do capital.

As atualizações desses processos de exploração na região também precisam ser reconhecidas como fatores que colaboram com o processo de reprimarização da economia brasileira, especialmente no que diz respeito à produção de hard e soft commodities e ao vigor das corporações agroalimentares transnacionais que têm moldado o contexto mais amplo da política de alimentação global.

2. Quadro do mercado de trabalho no Norte do Brasil

O quadro analítico sobre o mercado de trabalho da região Norte do Brasil, baseado na metodologia multiescalar que considera a Amazônia Legal e Matopiba como territórios produtivos do capital transnacional, ajuda a compreender os elementos particulares que

colaboram com a estruturação do mercado de trabalho na região. Assim, esta seção pretende apresentar alguns dados que ilustram esse perfil e essas características.

Na análise da taxa de desocupação estimada pelo IBGE, para o período 2004-2012, é possível observar diferenças regionais na proporção de desempregados: as maiores taxas pertenciam ao Sudeste e desde 2009 ao Nordeste, ao passo que o Sul detinha as menores taxas. No caso da região Norte, a desocupação teve redução expressiva em 2008, mas a crise financeira internacional fez a taxa aumentar para 8,2% da população economicamente ativa (PEA). Em 2012, a taxa voltou ao nível de 2008 (6,3%) (Tabela 1).

Tabela 1. Taxa de desocupação (em %). Grandes regiões: 2004-2022.

Anos	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
2004	7,0	9,1	8,1	10,5	5,7
2005	7,8	9,2	9,5	10,9	6,1
2006	7,0	8,4	8,3	9,6	6,0
2007	7,6	8,4	7,9	9,0	5,8
2008	6,3	7,6	7,4	7,7	4,9
2009	8,2	9,0	7,8	8,9	6,0
2011	6,9	7,9	5,8	7,0	4,4
2012	6,3	7,7	5,2	6,2	4,2
2012	7,9	9,4	5,7	6,9	4,3
2013	7,6	9,1	5,6	7,1	4,2
2014	7,0	8,7	5,5	7,0	4,3
2015	9,0	10,9	7,7	9,2	6,1
2016	11,6	14,3	10,1	12,4	8,0
2017	12,4	15,0	9,7	13,3	8,0
2018	11,7	14,6	9,0	12,6	7,9
2019	11,9	14,6	10,2	12,0	8,2
2020	13,3	18,3	12,9	15,7	9,6
2021	12,0	16,4	9,8	13,1	7,5
2022	8,2	12,0	6,5	8,7	5,2

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2004-2012). PNAD Contínua trimestral, terceiro trimestre (2012-2022).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) era realizada anualmente, tendo como referência o mês de setembro. A partir de 2012, passou a ser realizada de forma contínua, mensalmente. Além disso, houve uma alteração no cálculo da taxa de desocupação.

Por isso, a evolução do desemprego no período recente deve tomar como ponto de partida o ano de 2012 (a Tabela 1 mostra os dados referentes ao terceiro trimestre, entre 2012 e 2022).

Na região Norte, a menor taxa de desocupação do período recente foi registrada em 2014 (7,0% da PEA). O desemprego aumentou com a recessão econômica em 2015-2016 e atingiu 12,4% em 2017. O pico da série (13,3%) foi alcançado em 2020, por causa da crise causada pela pandemia da Covid-19, mas em 2022 a taxa de desocupação havia diminuído para 8,2% – bem menor do que a do Nordeste, mas bem maior do que a da região Sul.

No terceiro trimestre de 2022, o estado de Tocantins tinha uma das menores taxas de desocupação da região Norte (5,6%), bem menor do que Pará (8,8%), Amazonas (9,4%), Acre (10,1%) e Amapá (10,8%). Rondônia e Roraima, nessa época, tinham as menores taxas de desocupação da região (3,9% e 4,9%, respectivamente). Portanto, fica evidente que o mercado de trabalho na região Norte apresenta diferenças internas expressivas.

Outro indicador relevante estimado pelo IBGE é a taxa composta de subutilização da força de trabalho (14 anos ou mais de idade). Os dados do terceiro trimestre de 2022 indicam que 21,8% da PEA na região Norte estava desempregada, desalentada ou subocupada (com jornada de trabalho menor do que a desejada). No Brasil, este índice era de 20,1%.

Tabela 2. Taxa de informalidade (em %). Grandes regiões: 2016-2022.

Anos	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
2016	55,4	53,2	35,6	30,9	30,9
2017	55,3	53,6	36,9	33,9	32,5
2018	55,7	53,4	36,9	34,9	32,5
2019	57,6	53,6	37,9	35,4	31,5
2020	55,3	50,7	35,7	32,3	28,8
2021	56,9	53,7	38,2	34,6	27,3
2022	55,4	52,2	35,7	33,9	30,3

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, terceiro trimestre.

Obs.: Total de pessoas ocupadas informalmente dividido pelo total de pessoas ocupadas.

A Tabela 2 permite observar que houve um aumento da taxa de informalidade entre o terceiro trimestre de 2016 e o mesmo trimestre de 2019, em todas as grandes regiões. No terceiro trimestre de 2022, dentre as regiões que compõem o país, a região Norte era a que possuía a maior taxa de informalidade (54,4%), sendo seguida da região Nordeste (52,2%), estando acima da média nacional (39,4%).

Em se tratando dos dados por estado, o Pará tinha a maior taxa de informalidade do país, em 2022, correspondendo a 60,5%, seguido do Maranhão com 59% e do Amazonas

com 57%. Entre as Unidades da Federação, o Tocantins ocupava a décima sexta posição com 43,6%, sendo o estado que possuía a menor taxa de informalidade na região Norte.

Tabela 3. Indicadores do mercado de trabalho (em %). Tocantins: 2012-2022.

Anos	Nível de ocupação	Taxa de desocupação	Taxa de subutilização	Taxa de informalidade
2012	57,6	7,3	19,6	-
2013	56,7	6,2	21,3	-
2014	57,6	7,7	19,7	-
2015	55,9	9,3	20	-
2016	53,4	10,9	19,1	43,2
2017	50,5	11,9	22,3	41,1
2018	53,5	9,9	22,8	44,9
2019	53,6	10,7	25	47,3
2020	48,6	12,6	29,9	45,2
2021	54,7	10,8	26,3	44,6
2022	58,7	5,6	16,9	43,6

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, terceiro trimestre.

Obs.: Até 2015, os dados da PNADC não permitiam estimar o número de pessoas ocupadas informalmente pelo critério adotado pelo IBGE.

10

As informações a respeito do mercado de trabalho no estado do Tocantins, de 2012 a 2022, incluem, enquanto indicadores, o nível de ocupação, a taxa de desocupação, a taxa de subutilização e a taxa de informalidade (Tabela 3).

O ano de 2020 representa, dentro da série histórica, o menor nível de ocupação (48,6%), bem como, o conseqüente aumento da taxa de desocupação para 12,6%, em comparação com o ano de 2019, 10,8%. A taxa de subutilização, em 2020, no Tocantins, também, é a maior dentro do período analisado, atingindo 29,9%. O ano de 2020 corresponde ao início da pandemia de COVID-19 e parece relacionar-se à diminuição geral de postos de trabalho no estado. Apesar da diminuição da informalidade, observada entre as demais regiões (Tabela 02), essa queda não se traduz em automática transformação de postos informais de trabalho em postos formais, uma vez que este dado coexiste com o crescimento da subutilização e das taxas de desocupação.

Se o Tocantins se destaca, em 2022, dentre os estados da Região Norte enquanto aquele que possui a menor taxa de informalidade, é no mesmo período que este apresenta o maior nível de ocupação de toda a série histórica evidenciada nos indicadores do mercado de trabalho. Em conseqüência, ainda no mesmo ano, aponta-se a menor taxa de desocupação, desde 2013, com 5,6%.

Ressalta-se a complexidade inerente às variáveis do mercado de trabalho, as quais são intrinsecamente influenciadas por elementos que transcendem os dados puramente estatísticos, sendo sensíveis também a políticas econômicas, regulamentações governamentais, mudanças estruturais e crises sanitárias.

A expansão da informalidade enquanto modalidade empregatícia é destacada por Barbosa (2019) enquanto equalizadora, sendo uma espécie de amortecedor de efeitos como o desemprego ou desalento, embora associada a uma renda instável e desigual.

Para além da renda, estas posições têm ainda enquanto característica menor proteção social, o que faz com que Pereira e Cabral (2019, p. 93) questionassem o que de fato representa a informalidade: “alternativa ao desemprego ou trata-se de um importante peça para ampliação do capital e colabora para a eliminação dos direitos sociais outrora conquistados”. Para José Dari Krein (2009, maio 4):

A informalidade é um conceito muito controverso, que nem sempre explica por si o que está ocorrendo no mercado de trabalho. Nos últimos tempos, houve o avanço do processo de informalização, inclusive articuladas com redes produtivas extremas, sofisticadas e modernas. Assim, houve a combinação de uma informalidade histórica, localizada em setores de baixa produtividade, com um novo processo de informatização, advindo das mudanças na organização da produção, expressa em uma ordem econômica desregulamentada e internacionalizada.

11

É importante que o avanço da informalidade reflète tanto processos históricos como remete às formas mais atualizadas e tecnologicizadas do modo de produção. O emprego sem carteira assinada e sem a garantia de direitos trabalhistas é uma realidade objetiva que expõe esse contingente de trabalhadores à vulnerabilidade de toda ordem e que, privados de seus direitos trabalhistas, também são privados dos seus direitos previdenciários e de tantas outras garantias e leis que acolhem a trabalhadora e o trabalhador formal. Uma ocupação instável e precarizada, desprotegida do ponto de vista legal é, na sua essência, um excelente mecanismo de acumulação para o capital. Neste sentido, também é prudente destacar que o mundo do trabalho ainda se encontra no centro das preocupações do capital.

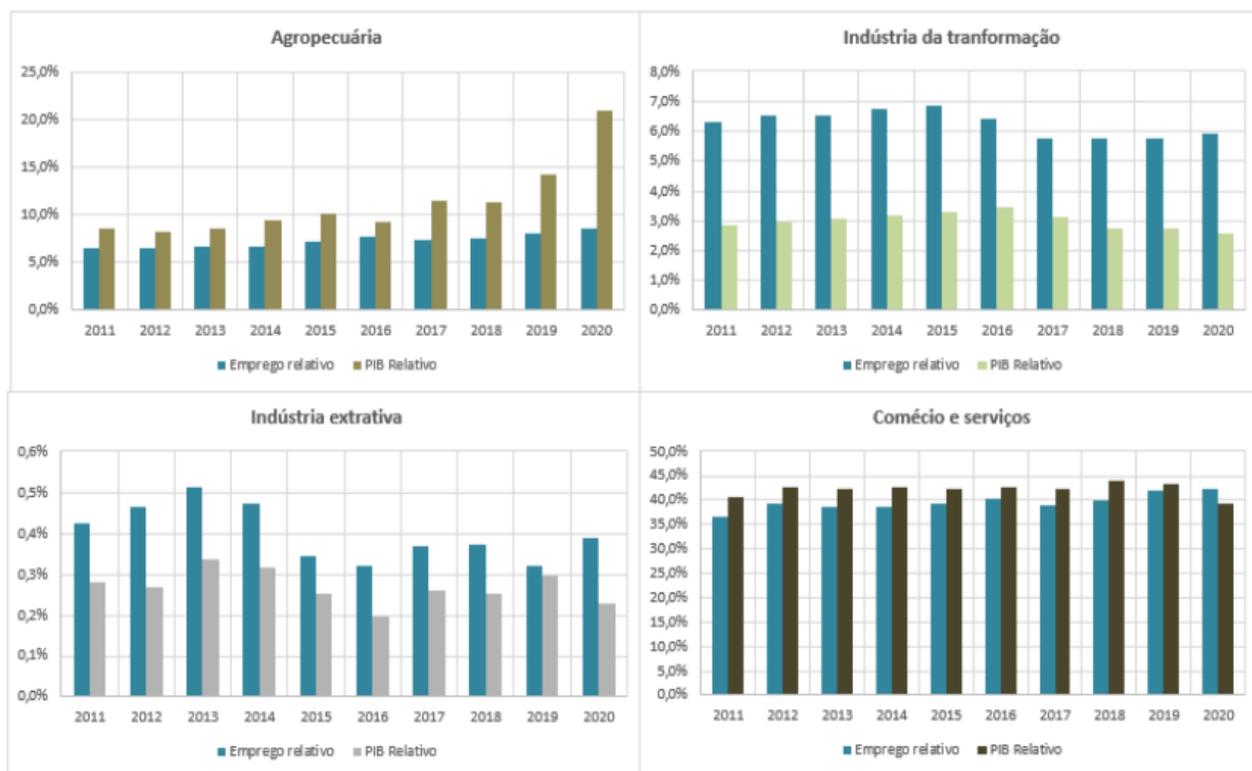
3. A dinâmica econômica e a configuração do mercado de trabalho em Tocantins

Conhecido como o estado mais jovem da federação, o estado do Tocantins consolidou-se a partir do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias (ADCT) da Constituição Federal, em seu artigo 13, que dividiu o estado de Goiás em sua porção norte no dia 5 de outubro de 1988. Possui três macrorregiões administrativas sendo Araguaína na

região norte, Palmas na região central e Gurupi na região sul do estado. A população estimada é de 1.607.363 pessoas e o rendimento mensal domiciliar per capita é de R\$ 1.028,00 (IBGE, 2020).

Para compreender a dinâmica atual e melhor determinar a configuração do mercado de trabalho, é fundamental um quadro analítico que aponte para as estratégias de desenvolvimento regional e de integração subordinada ao circuito da mundialização do capital. Para isso, temos que considerar os ciclos produtivos desde 1989. Embora haja crescimento no setor industrial e no de serviços, o Tocantins tem se destacado por um crescimento bastante relevante no que diz respeito à agropecuária, como indica o Gráfico 1.

Gráfico 1. Participação relativa de ramos de atividade no emprego e no PIB (em %). Tocantins: 2011-2020.



Fonte: FIETO. Caderno de Estimativa do PIB Industrial do Estado do Tocantins 2002-2020.

Embora o agronegócio seja a atividade que mais tem avançado no Tocantins, a geração de empregos no setor não acompanha o mesmo fluxo porque é reflexo de uma acumulação excludente e de um modo de produção altamente tecnologicado e poupador de força de trabalho. Na medida em que a reprimarização se associa a esse potencial da expansão agrícola sobre o cerrado e da Agricultura 4.0, os postos de trabalho gerados estão mais

relacionados ao setor de comércio e serviços do que diretamente aplicados aos postos de trabalho e ao modelo de desenvolvimento produtivo. A composição do Produto Interno Bruto (PIB) tocantinense se divide da seguinte forma: Agropecuária 17,8%; Indústria 24,1; Serviços 58,1%.

A nova acumulação de capital no setor agropecuário, analisada a partir da Tabela 4, indica os principais produtos exportados pelo Tocantins em milhões de dólares e reflete aspectos da configuração da economia estadual e da expansão dos demais elos da cadeia de valor do agronegócio.

Tabela 4. Principais produtos exportados. Tocantins: 2022.

Posição	Produto	%	Valor FOB US\$
1º	Soja	63,0	1,7 bilhão
2º	Carne bovina	18,0	495 milhões
3º	Milho	11,0	292 milhões
4º	Farelo de soja	4,6	125 milhões
5º	Produtos industrializados	1,2	32,8 milhões

Fonte: ComexStat.

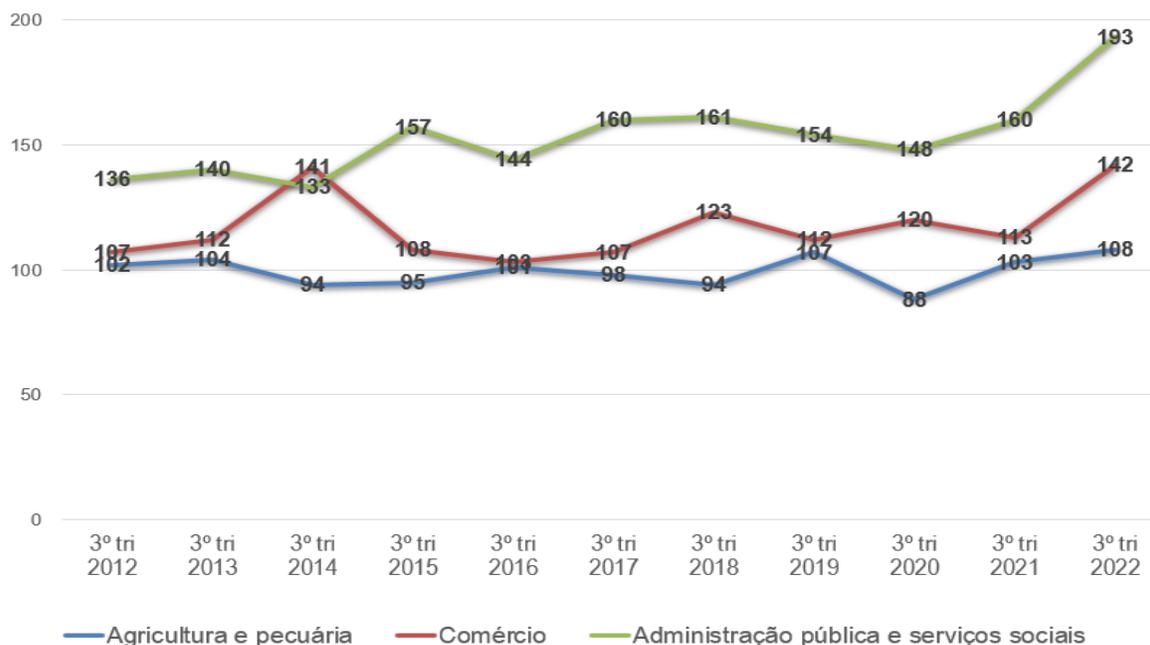
De acordo com dados do ComexVis,¹ no período de janeiro a outubro de 2022, o Tocantins passou a ocupar o 14º lugar no *ranking* das exportações, o que equivale a US\$ 2,7 bilhões, tendo como maior parceiro demandatário a China. Somente a soja corresponde a 63% das exportações totais do Tocantins (Tabela 4).

Da Indústria de Transformação vem a carne bovina fresca, refrigerada ou congelada com 18%, o farelo de soja e outros alimentos para animais com 4,6% e demais produtos que somam 1,2%. Além desses, também o amido, inulina e glúten de trigo, matérias albuminóides contribuem com cerca de 0,52% (ComexVis, 2022).

A partir deste cenário, faz-se uma comparação com os dados relativos ao mercado de trabalho. Ainda que a agropecuária estivesse em seu momento de auge e expansão, no primeiro trimestre de 2022, o Tocantins tinha 1.262.000 pessoas em idade de trabalhar, sendo que 771 mil (61,09%) estavam na ativa, enquanto 491 mil (39%) estavam fora do mercado de trabalho. No Gráfico 2 é possível identificar com melhor qualidade a relação dos três maiores grupamentos de atividades de trabalho no Tocantins, de 2012 a 2022.

¹ ComexStat e ComexVis são sistemas de consultas, extração e visualização de informações sobre o comércio exterior brasileiro. Para acessar os dados: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>

Gráfico 2. Pessoas ocupadas por ramo de atividade econômica (em mil). Tocantins: 2012 a 2022.



Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração própria.

Obs.: População de 14 anos ou mais de idade. Ocupação no trabalho principal. Serviços sociais incluem educação, saúde e seguridade.

No Gráfico 2 temos os três ramos que mais geram oportunidades de emprego no estado do Tocantins: o setor público, o comércio e a agropecuária. Essa sequência não se reproduz uniformemente no território nacional, de modo que no Brasil “comércio e reparação de veículos” é o ramo com maior número de ocupados, enquanto no Norte, especialmente no estado do Tocantins, é “administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais”.

Em que pese o terceiro lugar, no Brasil, ganha destaque o número de ocupados na indústria, setor que não tem papel preponderante nem na região Norte, nem no Tocantins. Como elaborado a partir do Gráfico 1, a agropecuária tem sido o setor com notória expansão na última década.

A reprimarização da economia, que tem efeito alavanca na expansão da soja e do milho sobre o bioma cerrado, é aperfeiçoada com pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), com os elementos da agricultura 4.0 e que alteram o modo de produção e a organização social do trabalho. A dinâmica interna do sistema do capital, desloca parte considerável da força de trabalho para a modalidade de terceirizados ou informais.

Assim, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC – IBGE) enquanto a agropecuária no Brasil vai mantendo o 6º lugar em relação ao quantitativo de pessoas ocupadas no terceiro trimestre de 2022, correspondendo a 8,8% das pessoas ocupadas, na região Norte está em terceiro lugar, com 1.281.000 pessoas ocupadas (15,8%). Quando se verifica o Tocantins, a agropecuária também permanece em terceiro lugar com 108.000 pessoas ocupadas (14,4%).

Ainda conforme a PNADC, a indústria no Norte perde uma posição em relação à sua colocação no recorte territorial do Brasil, descendo do 3º para o 4º lugar. No Tocantins ela retroage quatro posições, caindo do terceiro para o sétimo lugar, de modo que a distribuição percentual de pessoas ocupadas no grupamento de atividade Indústria Geral é de 12,8% no Brasil, 9,6% no Norte e 6% no Tocantins.

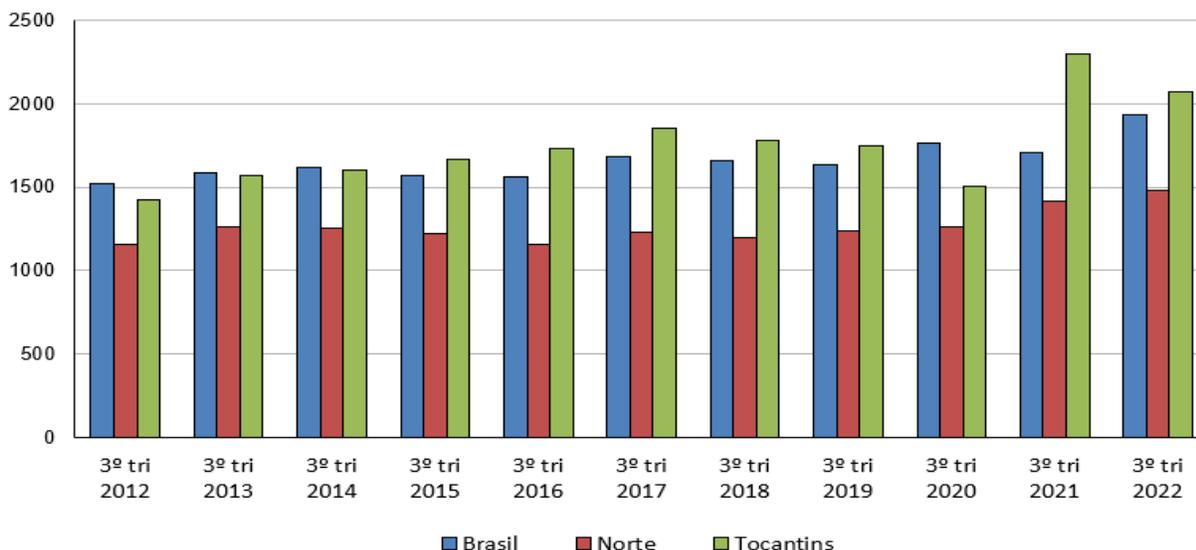
O Gráfico 1, apresentado pelo estado do Tocantins, é parte de documento oficial produzido para exaltar o crescimento do PIB estadual, como se pode constatar (Federação das Indústrias do Estado do Tocantins [FIETO], 2022):

É nítido que o setor agropecuário no Tocantins está passando por um processo de modernização, no ano de 2020 estima-se que responderá por (20,6%) do PIB total e por (8,6%) do emprego. Para efeito comparativo, observa-se que no Brasil o PIB agropecuário representa cerca de (5%) de seu total. Isto representa uma nova janela de oportunidade para o estado do Tocantins de industrialização das matérias-primas e das cadeias produtivas correlatas (em especial de proteína animal tais como frangos, peixes e suínos). Existe um grande potencial de geração de emprego no setor de indústria da transformação no Tocantins, que no ano de 2020 estima-se que respondeu por 5,9% dos empregos totais e 2,6% do PIB total. Este setor tem um multiplicador de emprego muito favorável para uma rápida expansão de demanda por mão de obra na medida em que for incrementado, principalmente, pela produção agropecuária.

Dessa forma, é necessário frisar que apesar do quantitativo de pessoas ocupadas se mostrar à primeira vista expressivo, sendo o terceiro maior setor em pessoas ocupadas, com 14,4% do total, quando comparados aos dados do PIB e a empregabilidade de outros setores, o setor da agropecuária (Gráfico 1) se mostra proporcionalmente inferior.

Aspectos como rendimento, informalidade e superexploração do trabalho trazem outros contornos no que diz respeito às condições de trabalho das pessoas ocupadas na agropecuária. Para avançar no panorama proposto, o Gráfico 3 demonstra a série histórica do 3º trimestre de 2012 a 2022 acerca do valor da remuneração mensal média como forma de explicitar que a renda no ramo da agropecuária no Tocantins é maior do que a média nacional e bem superior à média regional.

**Gráfico 3. Rendimento médio mensal real dos ocupados na agricultura ou na pecuária (em R\$).
Brasil, Região Norte e Tocantins: 2012 a 2022.**



Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração própria. Obs.: Inclui produção florestal, pesca e aquicultura.

Dentre os dados da série história dispostos no Gráfico 3, visualiza-se o crescimento do rendimento médio na agropecuária no Tocantins entre 2012 e 2017, depois redução até 2020 e crescimento expressivo em 2021. Nesse ano, os valores dos rendimentos médios no Brasil e na região Norte foram significativamente inferiores (respectivamente, R\$ 1.682,00 e R\$ 1.395,00). No entanto, esses valores não representam redução dos rendimentos auferidos pelos trabalhadores do setor, de modo que os números do Norte e do Brasil apresentam relativa estabilidade até 2020. Os valores mais expressivos tanto do Brasil quanto da região Norte são os do terceiro trimestre de 2022 (respectivamente, R\$ 1.904,00 e R\$ 1.463,00), enquanto o maior valor no Tocantins é o do terceiro trimestre de 2021 (R\$ 2.265,00).

As *commodities* produzidas no estado do Tocantins avançaram especialmente nos anos de 2020 e 2021 quando o mundo padeceu pelos impactos da Covid-19. O setor agropecuário foi amplamente blindado com medidas que permitiram que suas atividades seguissem adiante, mesmo com o número de mortes aumentando exponencialmente no Brasil. Foram dois recordes de produção neste período, que provam não apenas a capacidade produtiva e o potencial do seu novo modo de produção, como também o empenho do Estado brasileiro com o setor que mais recebeu benefícios e proteção do governo de Jair Bolsonaro.

A partir das informações da PNADC do terceiro trimestre de 2022, a respeito dos rendimentos por grupamento de atividade, a indústria geral, no Brasil, ocupou o quarto lugar com rendimentos médios de R\$ 2.701,00. Já a agropecuária é o sexto maior grupamento de pessoas ocupadas e se situa no 10º lugar com R\$ 1.904,00 de rendimentos médios, acima

somente do alojamento e alimentação (R\$ 1.742,00) e do serviço doméstico (R\$ 1.033,00), ocupação historicamente à margem da regulamentação estatal do salário mínimo e reconhecida pela informalidade, desvalorização e precarização.

Esse padrão nos rendimentos da agropecuária se repete na região Norte, onde apesar de figurar em 3º lugar no número de pessoas ocupadas nos grupamentos, está no quarto pior rendimento aferido entre os 12 grupamentos de atividades, com o montante de R\$ 1.463,00 de rendimento médio mensal. No Norte, a indústria geral é 4º lugar entre as ocupações e 3º lugar no rendimento (R\$ 2.068,00).

No Tocantins a indústria geral representa o sétimo lugar entre os grupamentos de atividades no trabalho principal, e ao agregarmos informações acerca dos rendimentos, esse setor passa a corresponder ao 5º lugar (R\$ 2.185,00), estando acima da média da região Norte e abaixo do Brasil. A agropecuária ocupa a 7ª posição (R\$ 2.046,00).

A percepção é de que a riqueza que se alega produzir através do setor agropecuário no estado do Tocantins, fundamentada, principalmente, em dados quantitativos com sua participação no PIB, especialmente pela expansão da soja, não se traduz em melhor distribuição de renda e geração de empregos. Quanto ao número expressivo de trabalhadores ocupados no setor e o rendimento médio do qual dispõem, é preciso também reconhecer que muitos desses trabalhadores atuam informalmente, são desprovidos de proteção social e submetidos ao trabalho escravizado. Como explica Sakamoto (2020, p. 8):

Todo ano, milhares de pessoas são traficadas e submetidas a condições desumanas de serviço e impedidas de romper a relação com o empregador. Não raro, são impedidas de se desligar do trabalho até concluírem a tarefa para a qual foram aliciadas, sob ameaças que vão de torturas psicológicas a espancamentos e assassinatos. No Brasil, essa forma de exploração é chamada de trabalho escravo contemporâneo. Apesar de a cor da pele e a etnia não serem mais portas de entrada exclusiva para a escravidão, números da Divisão de Fiscalização do Trabalho Escravo do Ministério da Economia apontam que a proporção de negros entre o total de pessoas submetidas ao trabalho escravo contemporâneo é maior do que sua participação entre o total de brasileiros, consequência direta de uma abolição incompleta, que não garantiu inclusão real aos descendentes dos africanos traficados para o Brasil.

Em 2020, segundo dados do Portal da Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE),² o Tocantins ocupava o 5º lugar na classificação nacional em trabalhadores resgatados. Komka (2022), ao analisar as ocorrências do trabalho escravo

² Radar SIT é o painel de informações e estatísticas da inspeção do trabalho no Brasil da Secretaria de Inspeção do Trabalho do MTE. Pode ser acessado em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>

contemporâneo nos municípios do Tocantins entre 1999 e 2020 e as atividades econômicas em que estavam inseridos tais trabalhadores, apontou a sua predominância no exercício do trabalho rural e a maior porcentagem de ocorrências nas atividades agropecuárias. Para além disso, o estudo indicou o envolvimento de 58% dos municípios do estado permitindo a percepção de que as atividades econômicas que estão na ponta da lança da economia do Tocantins, abrangendo especialmente os setores produtivos da agropecuária, responsáveis por parcela significativa do PIB e pelo crescimento econômico, por gerarem emprego, são os mesmos que mais escravizam pessoas e precarizam o trabalho no Tocantins.

Vale ressaltar que o estado do Tocantins, por sua grande incidência sobre este território, também tem discutido a política pública de combate ao trabalho escravo contemporâneo. A Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE/TO) tem trabalhado junto a membros do poder executivo e entidades públicas e civis na elaboração de um plano estadual de erradicação do trabalho escravo.

Por fim, a tentativa de construção de consenso em torno da produção de riquezas, que tem o agronegócio como expressão “bem-sucedida” de um projeto político e econômico, camufla não apenas a disparidade entre expansão do setor e expansão dos empregos, como também a maneira com que o setor tem se beneficiado das várias modalidades de contratação para amplificar sua acumulação capitalista. A ideia de desenvolvimento econômico deveria vir acompanhada de uma política também centrada nos aspectos socioeconômicos, territoriais, culturais e ambientais.

Ao longo da história e na atualidade, o latifúndio continua como fonte de poder político e das divisas que sustentam a nossa dependência e que, no século XXI, expressam formas cada vez mais exacerbadas pela presença do capital transnacional e pela reestruturação produtiva permanente. As formas complexas de uso de tecnologias e a presença decisiva das chamadas Agtechs, Fintechs e Logtechs na cadeia de valor do agronegócio, garantem a produtividade incessante e caminham no sentido inverso e contrário à geração de empregos, que cada vez mais se somam ao trabalho informal.

Conclusão

Este artigo teve por objetivo fazer um diagnóstico do mercado de trabalho na região Norte do Brasil, não sem antes destacar que seu cenário é resultado de um capitalismo sistêmico em crise e que adota como solução reformas políticas e da ordem jurídica que tem levado muitas brasileiras e muitos brasileiros ao endividamento, rebaixamento salarial, desemprego estrutural, alta dos alimentos, dentre outros problemas. A nova acumulação promovida por uma reengenharia financeira e produtiva tem sido catalisada e materializada

por meio de uma legislação facilitadora de uma expansão que, além de provocar inúmeros conflitos socioterritoriais e ambientais, também não tem trazido quaisquer benefícios quando se trata de geração ou manutenção de empregos formais.

Ao tratarmos geopoliticamente da região Norte, queremos não apenas trazer suas dimensões territoriais e perfil social como é de praxe, mas também situá-la como região onde a expansão da fronteira agrícola tem se dado em grande velocidade nos últimos 20 anos, especialmente sobre o bioma amazônico e cerrado.

A dimensão da expansão e a arquitetura de um novo território produtivo para uma nova acumulação exige que compreendamos o avanço das forças produtivas sobre o capital constante por meio de uma estrutura altamente tecnologicada e informatizada que chamamos de agricultura e agroindústria 4.0. Os investimentos transnacionais, os interesses locais e regionais, somados às iniciativas dos governos federais nos últimos anos em favorecer o setor, potencializam o processo de reprimarização da economia e determinam uma nova divisão social do trabalho. As novas modalidades de contratação permitiram uma explosão do trabalho informal e, conseqüentemente, da precarização tendo o rebaixamento salarial como principal consequência.

As séries históricas aqui apresentadas e os números mais recentes da PNAD Contínua do IBGE salientam esta questão. Por outro lado, os números do PIB nacional e a participação da região Norte, em especial do estado do Tocantins na comparação, demonstram que há um descompasso entre produção e distribuição de riqueza absolutamente determinantes na vida de milhões de brasileiros que vivem o desemprego e que vivem algum nível de insegurança alimentar.

Não temos dúvidas quanto ao poder das corporações globais, das elites transnacionais e de sua capacidade de influenciar decisões políticas. Assim como também não temos dúvidas sobre os impactos da agropecuária e o neoextrativismo sobre o meio ambiente, conflitos socioterritoriais e implicações diretas sobre os mundos do trabalho.

A insustentabilidade, a destruição e a violação de direitos humanos têm sido marca da expansão da fronteira agrícola sobre a Amazônia Legal e o cerrado. Os dados de importantes agências de pesquisas não nos deixam dúvidas quanto ao seu teor.

Esperamos que as informações aqui apresentadas sejam o início de novos debates e trabalhos acerca do tema e que possamos ter, em um futuro próximo, um quadro cada vez mais contundente não apenas sobre o mercado de trabalho como também ampliando a visão sobre outras variáveis.

A lógica produtiva imposta pelo agronegócio e pelo neoextrativismo têm disciplinado o “livre” exercício da lógica capitalista. A liberdade deles tem sido a escravidão e miséria de muitos.

Referências

- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviços na era digital*. Boitempo.
- Antunes, R. (2020). *Capitalismo pandêmico*. Boitempo.
- Barbosa, R. J. (2019). *Estagnação desigual: desemprego, desalento, informalidade e a distribuição da renda do trabalho no período recente (2012-2019)*. *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* (Boletim do IPEA), 25(67), 59–70.
<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9949>
- Braga, R. (2015). *A política do precariado: Do populismo à hegemonia lulista*. Boitempo.
- Dörre, K. (2022). *Teorema da expropriação capitalista*. Boitempo.
- Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (FIETO) (2022). *Caderno de estimativa do PIB industrial do Estado do Tocantins 2002-2020*.
<http://fieto.com.br/DownloadArquivo.aspx?c=0be573ce-4efd-4f1a-b6d0-a82aee650516>
- Guimarães, C. A. (2021). IBGE atualiza limites de municípios no mapa da Amazônia Legal. Agência IBGE Notícias. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30958-ibge-atualiza-limites-de-municipios-no-mapa-da-amazonia-legal>
- Komka, J. P. (2022). *O trabalho escravo contemporâneo no Tocantins: Desenvolvimento, reconhecimento e trabalho decente*. [Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento Regional], Universidade Federal do Tocantins, Palmas. <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/51>
- Krein, J. D. (2009, maio 4). O esgotamento de um modelo de desenvolvimento e da globalização neoliberal [Entrevista por G. Wolfart, M. Junges, & P. Fachin]. *IHU Online*, (291). <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/2514-dari-krein>
- Lira, E. R. (2018). *Geografia agrária do Tocantins: Campesinato, latifúndio e conflitos*. Kelps.
- Mattos, M. B. (2019). *A classe trabalhadora de Marx ao nosso tempo*. Boitempo.
- Mészáros, I. (2008). *Para além do capital*. Boitempo.
- Moore, J. W. (2020). *El capitalismo en la trama de la vida: Ecología y acumulación de capital*. Traficantes de Sueños.
- Palacios, J. M.S. (2017). La frontera Estados Unidos-México como espacio global o transnacional. In H. A. P. Delgado, A. Furlong y Zacula, R. N. Luna, & J. M. S. Palacios (Eds.), *Las fronteras: Espacios estratégicos para la globalización* (pp. 47-106). Universidad Autónoma de Ciudad Juárez; Benemérita Universidad Autónoma de Puebla.

Pereira, S. de O. G., & Cabral, J. P. C. (2019). Informalidade e crise do emprego no Brasil. *Humanidades & Inovação*, 6(18), 92–102.

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1753>

Pochmann, M. (2022). *A grade desistência histórica e o fim da sociedade industrial*. Ideias & Letras.

Sakamoto, L. (Org). (2020). *Escravidão contemporânea*. Contexto.

Scoleso, F. (2022). *Transnacionalismo, agroindústria e agricultura 4.0: Nova acumulação sob novo modo de produção – a natureza, os territórios e os mundos do trabalho no centro de domínio do capital*. Editora Lutas Anticapital.

Smith, N. (2020). *Desarrollo desigual: Naturaleza, capital y la producción del espacio*. Traficantes de Sueños.

Recebido em 10 de dezembro de 2022.

Revisado em 22 de julho de 2023.

Aprovado em 10 de agosto de 2023.